

Título: *How can we educate our children without spanking them?* Economias Morais, Parentalidade e Governança da Intimidade

Laura Moutinho (USP)

Essa comunicação se inscreve em projeto mais amplo sobre governança racial e gestão da intimidade no sul da África, que vem sendo realizada com apoio FAPESP e CNPq. Em um sentido mais amplo, sigo uma agenda de pesquisa, que é coletiva, que vem explorando de modo crítico a ordem moral humanista, intrínseca à construção e à afirmação de regimes democráticos recentes. A Hendrik Verwoerd, nacionalista africânder (nomeado pela história como o “arquiteto do *apartheid*”), é atribuído que: “he wanted to implant the concept of apartheid so deeply into society that no future government would be able to undo what had been done”. Os que acreditaram na democracia, implantada em 1994, desafiavam justamente essa ordem moral, apostando na possibilidade de se conviver com as diferenças, de diminuir o fosso da desigualdade social e de se elaborar um sistema jurídico igualitário, no qual todos os cidadãos seriam iguais perante a lei. Em 2024, a África do Sul completou 30 anos da eleição de Nelson Mandela, que marca o fim do *apartheid*. Essa comunicação interpela esse percurso a partir de uma etnografia do processo eleitoral. A frase em inglês que compõe o título foi dita neste contexto: momento em que a interlocutora justificava porque havia votado no Mandela apenas uma vez. Ela atribui ao seu governo a proibição recorrer a disciplina física na criação dos filhos. Interessa, portanto a esta reflexão, explorar a multivocalidade do que se entende por democracia a partir o ponto de vista dos sujeitos. Mais especificamente, interroga-se, desde a experiência brasileira recente com a extrema-direita, a multiplicidade de sentidos e as formas distintas com que os sujeitos experimentam a ordem democrática. Especialmente, no ponto em que a ampliação de direitos interfere na esfera da intimidade familiar, produzindo economias morais específicas e legitimando ações e atitudes enquanto outras passam a ser criminalizadas ou moralmente desqualificadas.